

<u>NOME:</u>	<u>Inscrição n.º:</u>
<u>Identidade:</u>	<u>Órgão expedidor:</u>
<u>Assinatura:</u>	

SELEÇÃO PARA ESTÁGIO REMUNERADO (CURSO DE DIREITO)

CADERNO DE PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Ao receber este caderno de provas, preencha inicialmente os seus dados pessoais. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho de uso opcional. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
2. Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
3. Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
4. Na duração das provas (04 horas), está incluído o tempo destinado à identificação do candidato, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a respectiva folha de texto definitivo.
5. Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva, podendo o candidato levar este caderno de provas consigo.
6. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva implicará a anulação das suas provas.

PROVA OBJETIVA

GRUPO I

DIREITO CONSTITUCIONAL

1- Inserido no título de direitos e garantias fundamentais, o Art. 5º da Constituição da República trata dos direitos e deveres individuais e coletivos. Em matéria processual, tal norma estabelece que:

- a) as provas obtidas por meios ilícitos são admissíveis, no processo, com escopo de prestigiar a verdade real;
- b) a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa de uma das partes o exigir;
- c) aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;
- d) ninguém será considerado culpado até a prolação de sentença penal condenatória recorrível, proferida por juiz competente e observados o contraditório e ampla defesa;
- e) o jurisdicionado poderá ser processado, mas não sentenciado senão pela autoridade judiciária competente.

2- Considere as seguintes afirmações sobre Direitos Fundamentais.

I – A liberdade de crença apresenta-se na Constituição Federal como direito individual sem reserva legal expressa, ao passo que a proteção aos locais de culto e as suas liturgias submete-se ao regime da reserva legal simples.

II – O princípio da separação das confissões religiosas do Estado impede qualquer tipo de colaboração entre igrejas e poder público.

III – Uma das posições jusfundamentais que decorre do regime constitucional da liberdade religiosa é o direito subjetivo ao ensino religioso em escola pública de ensino fundamental.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.

3- Sobre os entes federados e a distribuição de competências, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) É competência privativa da União legislar sobre direito comercial, marítimo, serviço postal, requisições civis em caso de iminente perigo e em tempo de guerra e sobre garantias dos metais.
- b) É competência privativa da União legislar sobre sistema estatístico, populações indígenas, comércio exterior e interestadual, políticas de crédito câmbio, seguros e transferências de valores.
- c) É competência privativa da União legislar sobre sistemas de consórcio e sorteios, caça, pesca, fauna e registros públicos.
- d) É competência privativa da União legislar sobre defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional.
- e) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios preservar as florestas, a fauna e a flora.

4. A súmula vinculante foi introduzida no ordenamento jurídico pela chamada reforma do Judiciário (emenda constitucional nº 45/2004) e tem objetivo de garantir celeridade nos julgamentos e efetividade na aplicação das leis, buscando aplicação uniforme da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Nesse contexto, a Constituição da República estabelece que a súmula vinculante:

- a) será editada pelo Conselho Nacional de Justiça, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões do STF sobre matéria constitucional;
- b) terá efeito vinculante somente em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, a partir da sua publicação na imprensa oficial;

- c) sua aprovação, revisão ou cancelamento poderá ser provocada por qualquer cidadão no pleno gozo dos direitos políticos;
- d) aplicável que for contrariada ou indevidamente aplicada por ato administrativo ou decisão judicial ensejará o ajuizamento de reclamação diretamente no Supremo Tribunal Federal;
- e) terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas relacionadas ao conflito de competência, quando houver controvérsia entre órgãos judiciários.

5. Em matéria de controle de constitucionalidade, sobre a regra constitucional conhecida como “reserva de plenário”, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A reserva de plenário implica a exigência constitucional de procedimento especial para a declaração de inconstitucionalidade por qualquer tribunal do País, na sua esfera de competência;
- b) A existência de precedente do Plenário do Supremo Tribunal Federal autoriza o julgamento imediato, por órgão fracionário, de causa que verse sobre o mesmo tema;
- c) Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, art. 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência no todo ou em parte;
- d) Entende o Supremo Tribunal Federal que a reserva de plenário é regra constitucional aplicável à declaração de inconstitucionalidade pelos tribunais como também na aferição da revogação (ou da recepção) do direito anterior à Constituição Federal de 1988;
- e) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

6. Os Tribunais Regionais Federais compõem a Justiça Federal de Segundo Grau de Jurisdição e são compostos, consoante às normas da Constituição Federal, por:

- a) um terço indicado pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal.
- b) um quinto dentre egressos da Advocacia e do Ministério Público.
- c) três quintos originados de magistrados de carreira mediante promoção.
- d) dois terços indicados pelo Congresso Nacional dentre magistrados.

e) um quarto indicado pelos Governadores dos Estados abrangidos pela competência do Tribunal.

7- Considerando as normas constitucionais que versam sobre o Poder Judiciário, assinale a opção correta.

a) Compete ao STF processar e julgar, originariamente, a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.

b) Em se tratando de recurso extraordinário, o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o STF examine a admissão do recurso, somente podendo o tribunal recusá-lo por manifestação da maioria absoluta de seus membros, em atenção à cláusula de reserva de plenário.

c) Compete ao procurador-geral da República suscitar, perante o STF, incidente de deslocamento de competência para a justiça federal nas hipóteses de grave violação de direitos humanos.

d) Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos quatro anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

e) A inamovibilidade do magistrado pode ser mitigada por motivo de interesse público, desde que fundada em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça.

8- Considerando as normas constitucionais que regulam a competência da Justiça Federal, é correto afirmar que cabe aos juízes federais processar e julgar:

a) os crimes políticos e todas as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.

b) os crimes praticados contra o trabalhador que não importem em grave violação de direitos humanos.

c) as infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme.

d) os crimes cometidos em rodovias federais.

e) os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.

DIREITO ADMINISTRATIVO

9. Antônio, Presidente da Câmara Municipal, utilizou servidores públicos municipais lotados formalmente em seu gabinete para prestarem, de fato, serviços para fins particulares em sua fazenda, em Município do interior do Estado, no horário que seria de expediente. Após regular processo judicial, Antônio foi condenado por ato de improbidade administrativa, por violação a vários dispositivos da Lei 8.429/92, dentre eles por ter praticado ato que atentou frontalmente contra os princípios da administração pública da:

- a) igualdade e publicidade;
- b) impessoalidade e moralidade;
- c) legalidade e motivação;
- d) eficiência e publicidade;
- e) moralidade e autotutela.

10. São entidades integrantes da Administração Indireta, com personalidade jurídica de direito público, criadas por lei específica para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, são próprias e típicas do Estado, as:

- a) fundações públicas;
- b) empresas públicas;
- c) autarquias;
- d) sociedades de economia mista;
- e) secretarias e ministérios.

11. De acordo com a moderna doutrina de direito administrativo, a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público é chamada de poder:

- a) regulamentar;
- b) hierárquico;

- c) disciplinar;
- d) de polícia;
- e) de império.

12. Acerca da Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada.
- b) Para fins da Lei nº 8.666/93, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados as assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias.
- c) A modalidade licitatória convite é utilizada nas contratações de pequeno valor, sendo possível a participação de não convidados desde que manifestem seu interesse em até 24 horas da apresentação das propostas.
- d) A modalidade licitatória tomada de preços é utilizada nas contratações de pequeno valor, sendo possível a participação de não convidados desde que manifestem seu interesse em até 48 horas da apresentação das propostas.
- e) As hipóteses em que a licitação é dispensável estão previstas de forma taxativa no art. 24 da Lei nº 8.666/93. Tais incisos podem ser divididos em razão do valor, da situação, do objeto e da pessoa.

13- Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto abaixo:

“..... ocorre quando, embora viável a competição, sua realização se mostra contrária ao interesse público.”.

- a) O leilão
- b) O mandado de segurança
- c) A baixa por alienação ou doação
- d) A incorporação de bens imóveis
- e) A dispensa de licitação

14- Considerando a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) A culpa concorrente da vítima é causa excludente da responsabilidade civil do Estado.

- b) A responsabilidade civil do Estado por danos nucleares depende da existência de culpa.
- c) São requisitos para configuração da responsabilidade civil do Estado: ocorrência do dano, ação ou omissão administrativa, existência de nexos causais entre o dano e a ação ou omissão administrativa, ausência de causa excludente da responsabilidade estatal.
- d) O Estado é responsável e obrigado a indenizar os danos causados somente por atos ilícitos de seus agentes.
- e) Caracteriza a responsabilidade objetiva a necessidade de o lesado provar a existência da culpa do agente ou do serviço público.

15. Quando o poder público delega a prestação de determinado serviço público, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado, o instrumento jurídico utilizado é o contrato administrativo de:

- a) licitação de serviço público;
- b) autorização de serviço público;
- c) desconcentração de serviço público;
- d) gestão de serviço público;
- e) concessão de serviço público.

16. A respeito dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) A declaração de nulidade do contrato administrativo não se opera retroativamente, não impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de não desconstituir os já produzidos.
- b) A nulidade exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados.
- c) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, sem exceção.
- d) O regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse

público, respeitados os direitos do contratado; rescindi-los, unilateralmente; fiscalizar-lhes a execução; e, aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

e) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

17- Quanto à conexão, é correto afirmar que:

- a) pressupõe a identidade entre os elementos objetivos e subjetivo das ações;
- b) é causa de modificação da competência do órgão judicial;
- c) pode dar azo à reunião dos feitos, ainda que um deles já tenha sido julgado;
- d) pode ocorrer entre uma ação de conhecimento e uma de execução;
- e) é matéria que escapa ao controle *ex officio* do órgão judicial, devendo ser suscitada pela parte interessada.

18- Constitui característica da jurisdição:

- a) a instrumentalidade
- b) a prorrogabilidade
- c) a primariedade
- d) a indisponibilidade
- e) obrigatoriedade

19. Considere as assertivas abaixo acerca da forma e do tempo dos atos processuais.

- I. A citação para evitar perecimento de direito poderá ser praticada durante os feriados.
- II. Os atos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.

III. O ato processual consistente na desistência da ação produzirá efeito imediatamente, independentemente da homologação por sentença.

IV. Os atos meramente ordinatórios independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários.

De acordo com o Código Processual Civil, está correto o que consta APENAS em

- a) II e III.
- b) III e IV.
- c) I, II e III.
- d) I e IV.
- e) I, II e IV.

20. Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos legais, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito,

- a) desde logo a indeferirá, mencionando os fundamentos de fato e de direito que motivaram essa decisão.
- b) determinará que o autor a emende ou a complete no prazo de dez dias.
- c) ordenará a devolução desta ao advogado do autor para elaborar outra petição inicial que atenda aos requisitos legais.
- d) determinará a citação do réu, para responder aos termos da ação, no prazo legal.
- e) a adequará aos requisitos legais, corrigirá os defeitos e irregularidades, e determinará a citação do réu.

21- Em razão do falecimento do autor no curso da relação processual, o seu herdeiro, provando satisfatoriamente tal qualidade, pleiteou ao juiz a sua habilitação no feito. Deferido o requerimento, a sua atuação no processo se dará a título de:

- a) assistente qualificado;
- b) substituto processual;

- c) representante processual;
- d) sucessor processual;
- e) litisconsorte superveniente.

22- Configura competência insuscetível de prorrogação a do foro

- a) do domicílio do autor da herança, para todas as ações em que o espólio for réu.
- b) da situação da coisa, para a ação fundada em direito real sobre bens móveis.
- c) do domicílio ou residência do alimentando, para a ação em que se pedem alimentos.
- d) do domicílio do representante do incapaz, para a ação em que este for réu.
- e) da situação do imóvel, quando o litígio versar sobre direito de vizinhança.

23- "Toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo". Este conceito é:

- a) falso, porque é preciso ser advogado para se ter a capacidade processual e para se estar em juízo.
- b) verdadeiro e diz respeito à capacidade postulatória, a ser exercida em regra por meio de advogados que representem a parte.
- c) verdadeiro e diz respeito à legitimação processual, conceito que se confunde com o de capacidade para estar em juízo.
- d) falso, porque é preciso a maioria civil para se estar em juízo e poder exercer pessoalmente a capacidade postulatória nos autos.
- e) verdadeiro e diz respeito à capacidade processual, que não se confunde com a capacidade postulatória.

24- É defeso ao Juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado. Esse enunciado normativo refere-se ao princípio processual da

- a) obrigatoriedade da jurisdição.
- b) eventualidade.

- c) inércia jurisdicional.
- d) adstrição ou congruência.
- e) reciprocidade decisória.

DIREITO CIVIL

25- Acerca da cessação da incapacidade do menor de idade, é INCORRETO afirmar:

- a) Cessa a incapacidade pelo casamento;
- b) A existência de emprego, que gere economia própria, faz cessar a incapacidade;
- c) A emancipação, que se dá por concessão do pai e, na ausência deste, da mãe, exige escritura pública;
- d) Para emancipação do menor sob tutela, é necessária sentença judicial;
- e) Cessa a incapacidade pela colação de grau em curso de ensino superior.

26- O ato jurídico será considerado anulável:

- a) quando for praticado por pessoa absolutamente incapaz;
- b) quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito;
- c) quando praticado mediante simulação;
- d) por erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores;
- e) quando não revestir a forma prescrita em lei.

27- Assinale a alternativa correta acerca da personalidade e da capacidade civil no direito brasileiro.

- a) No atual sistema jurídico brasileiro, os nascituros não gozam de proteção jurídica, iniciando-se a personalidade civil a partir do nascimento com vida.
- b) A sentença que decreta o divórcio independe de averbação em registro público.

- c) A emancipação, o casamento e o exercício de emprego público efetivo geram a cessação da incapacidade para os menores.
- d) A comoriência é um instituto de direito civil que consiste no nascimento simultâneo de 2 (duas) pessoas.
- e) Os maiores de 15 (quinze) e menores de 18 (dezoito) anos são considerados relativamente incapazes ao exercício dos atos da vida civil.

28. Assinale a alternativa que NÃO está de acordo com o disposto no Código Civil.

- a) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou.
- b) A doação feita ao nascituro valerá, sendo aceita pelo seu representante legal.
- c) No que tange à solidariedade ativa, convertendo-se a prestação em perdas e danos, não mais subsiste a solidariedade.
- d) Nas obrigações alternativas, quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção poderá ser exercida em cada período.
- e) A doação de ascendentes a descendentes, ou de um cônjuge a outro, importa adiantamento do que lhes cabe por herança.

29- As obrigações são classicamente definidas pela doutrina pátria, como o vínculo jurídico através do qual uma pessoa (sujeito ativo) pode exigir da outra (sujeito passivo) o cumprimento de uma prestação economicamente apreciável. Desta forma, é cediço que a obrigação já nasce com o objetivo de ser extinta pelo pagamento, ou seja, pelo cumprimento da prestação. Dentre as espécies de pagamento elencadas a seguir, assinale aquela que ocorre quando duas pessoas forem, ao mesmo tempo, credora e devedora uma da outra, extinguindo-se ambas as obrigações.

- a) Novação.
- b) Confusão.
- c) Compensação.
- d) Dação em pagamento.
- e) Imputação do pagamento.

30- Se o despacho de um juiz, mesmo incompetente, ordenar a citação, e o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual, nessa situação, em regra, ocorrerá:

- a) a interrupção da prescrição.
- b) a suspensão da decadência.
- c) o curso normal da decadência.
- d) a suspensão da prescrição.
- e) a interrupção da decadência.

GRUPO II

DIREITO PENAL

31- Em relação ao tempo do crime, o Código Penal adotou:

- a) a teoria da atividade, pela qual considera-se praticado o delito no momento da conduta, ainda que distinto o momento do resultado, jurídico ou naturalístico;
- b) a teoria do resultado, pela qual considera-se praticado o delito no momento da ocorrência do resultado, jurídico ou normativo;
- c) a teoria da ubiquidade, pela qual considera-se cometido o delito tanto no momento da conduta como no do resultado, dependendo do que for mais benéfico ao autor do fato;
- d) a teoria do resultado normativo, pela qual considera-se cometido o crime no momento da ocorrência do resultado naturalístico;
- e) duas teorias, a da atividade e a da territorialidade condicionada, dependendo da natureza do crime cometido.

32- "A terrível humilhação por que passam familiares de presos ao visitarem seus parentes encarcerados consiste na obrigação de ficarem nus, de agacharem diante de espelhos e mostrarem seus órgãos genitais para agentes públicos. A maioria que sofre esses

procedimentos é de mães, esposas e filhos de presos. Até mesmo idosos, crianças e bebês são submetidos ao vexame. É princípio de direito penal que a pena não ultrapasse a pessoa do condenado". (DIAS, José Carlos. "O fim das revistas vexatórias". In: Folha de São Paulo. São Paulo: 25 de julho de 2014, 1o caderno, seção Tendências e Debates, p. A-3)

Além da ideia de dignidade humana, por esse trecho o inconformismo do autor, recentemente publicado na imprensa brasileira, sustenta-se mais diretamente também no postulado constitucional da

- a) individualização.
- b) fragmentariedade.
- c) pessoalidade.
- d) presunção de inocência.
- e) legalidade.

33. No que concerne ao princípio da insignificância, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) Seu reconhecimento exclui a tipicidade material da conduta.
- b) Aplica-se quando se mostra ínfima a lesão ao bem jurídico tutelado.
- c) Somente pode ser invocado em relação a fatos que geraram mínima perturbação social.
- d) Exige, para seu reconhecimento, que as consequências da conduta tenham sido de pequena relevância.
- e) Só é admissível em crimes de menor potencial ofensivo.

34. Não há crime sem:

- a) dolo.
- b) resultado naturalístico.
- c) imprudência.
- d) conduta.
- e) lesão.

35- Em tema de concurso de pessoas, é possível afirmar que

- a) o concorrente, na chamada cooperação dolosamente diversa, responderá pelo crime menos grave que quis participar, mas sempre com aumento da pena.
- b) indispensável a adesão subjetiva à vontade do outro, embora desnecessária a prévia combinação.
- c) o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio nunca são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
- d) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, ainda que elementares do crime.
- e) a participação de menor importância constitui causa geral de diminuição da pena, incidindo na segunda etapa do cálculo.

36- Nos estritos termos do CP, aquele que faz ligação clandestina de energia elétrica junto a poste instalado na via pública e a utiliza em proveito próprio:

- a) comete fato típico equiparado a furto.
- b) comete fato típico equiparado a apropriação indébita.
- c) não comete crime algum, por falta de expressa previsão legal.
- d) comete estelionato.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

37- “Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem”. O tipo legal ora transcrito refere-se à descrição do delito de

- a) Corrupção Ativa.
- b) Concussão.
- c) Corrupção Passiva.
- d) Peculato.
- e) Prevaricação.

38- “Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário”. A conduta ora descrita, expressamente prevista no Código Penal, é denominada

- a) Favorecimento Pessoal.
- b) Advocacia Administrativa.
- c) Tergiversação.
- d) Patrocínio Infiel.
- e) Patrocínio Simultâneo

DIREITO PROCESSUAL PENAL

39- NÃO representa direito da pessoa acusada em processo criminal, estatuído no artigo 5º da Constituição da República:

- a) a inviolabilidade de domicílio, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- b) permanecer calada em seu interrogatório policial ou judicial, sendo que o silêncio poderá ser interpretado em prejuízo de sua defesa.
- c) a inadmissibilidade, no processo, das provas obtidas por meios ilícitos.
- d) exercer o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- e) ter a sua prisão comunicada ao juiz competente e à família do preso ou pessoa por ele indicada.

40- A respeito dos princípios gerais e informadores do processo penal, assinale a opção correta.

- a) Não há previsão legal do contraditório na fase de investigação e a sua inexistência não configura violação à Constituição Federal (CF).
- b) Em determinados crimes é permitido ao juiz a iniciativa da ação penal condenatória, como no caso de procedimentos especiais, a exemplo do processo e julgamento dos crimes de falência.

- c) A exigência de sigilo das investigações prevista no Código de Processo Penal (CPP) impede, de forma absoluta, o acesso aos autos a quem quer que seja, sempre que houver risco ao bom andamento das investigações.
- d) O princípio da obrigatoriedade nas ações penais públicas se estende ao procedimento relativo aos juizados especiais criminais, porquanto, desde que convencido da existência do crime, deve o MP, obrigatoriamente, submeter a questão penal ao exame do Poder Judiciário.
- e) No conflito entre o *jus puniendi* do Estado, de um lado, e o *jus libertatis* do acusado, a balança deve se inclinar a favor do primeiro, porquanto prevalece, em casos tais, o interesse público.

41- No tocante à ação penal, de acordo com o Código de Processo Penal,

- a) o direito de representação somente poderá ser exercido pessoalmente, mediante declaração escrita.
- b) no caso de ação penal de iniciativa pública dependente de representação, esta será irretratável depois de oferecida a denúncia.
- c) apenas a vítima poderá provocar a iniciativa do Ministério Público nos casos em que caiba ação penal pública incondicionada.
- d) se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o ofendido poderá promover ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública.
- e) salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá do direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de 30 dias, contado da data do crime.

42- Quanto ao interrogatório, correto afirmar:

- a) Da decisão que determinar a sua realização por videoconferência as partes deverão ser intimadas com dez dias de antecedência.
- b) É possível a realização por videoconferência para impedir a influência do réu no ânimo de testemunha ou da vítima, ainda que viável a colheita do depoimento destas pelo mesmo sistema.
- c) Deve ser efetivado na presença do defensor, dispensado o direito de entrevista prévia e reservada no caso de advogado constituído.

- d) A ausência do ato constitui nulidade relativa, passível de preclusão se não arguida em tempo oportuno.
- e) O réu deverá ser informado pelo juiz do seu direito de permanecer calado, bem como de que o silêncio poderá repercutir em seu desfavor.

43- Em relação às nulidades no processo penal,

- a) as partes poderão arguir nulidade referente à formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.
- b) não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.
- c) ocorre nulidade por incompetência, mas não por suspeição do juiz.
- d) a nulidade por ilegitimidade do representante da parte não poderá ser sanada.
- e) a incompetência do juízo anula todos os atos do processo, instrutórios e decisórios.

44- Assinale a alternativa correta a respeito do inquérito policial.

- a) Nenhum tipo de inquérito será encaminhado à Justiça sem o respectivo laudo pericial.
- b) A competência exclusiva para iniciar o inquérito é do Ministério Público.
- c) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.
- d) Após a conclusão do inquérito, este deve ser encaminhado ao Ministério Público para que o promotor profira a sentença.
- e) O Delegado de Polícia é a autoridade competente para mandar arquivar autos de inquérito.

45- Em relação aos recursos no processo penal,

- a) o Ministério Público pode desistir, a qualquer tempo, do recurso que haja interposto.
- b) cabe recurso em sentido estrito da decisão que decidir sobre a unificação de penas.
- c) cabe apelação da decisão que conceder habeas corpus.

- d) cabe recurso em sentido estrito da decisão que não receber a denúncia.
- e) a revisão criminal somente é admissível antes da extinção da pena.

DIREITO TRIBUTÁRIO

46- O conceito de tributo guarda correspondência com a noção de:

- a) penalidade.
- b) atividade pública discricionária.
- c) cobrança mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- d) prestação facultativa.
- e) instituição por decreto autônomo.

47- O Município de Caruaru-PE, mediante a edição da Lei no 5.658/2014, instituiu a cobrança de TLP - Taxa de Limpeza Pública, que tem como fato gerador os serviços de conservação e limpeza de logradouros públicos pelo referido município. Na situação hipotética, a cobrança desse tributo é

- a) ilegítima, pois a competência para estabelecer cobrança de taxa sobre serviços de conservação e limpeza de logradouros públicos é do Estado.
- b) ilegítima, pois o fato gerador corresponde a serviço público universal e indivisível, que não possibilita a individualização dos respectivos usuários.
- c) legítima, pois visa a custear a prestação de serviços públicos específicos e divisíveis, ostentando o caráter retributivo inerente às taxas.
- d) legítima, pois o fato gerador corresponde a serviço público universal e indivisível, prescindindo da individualização dos respectivos usuários.
- e) ilegítima, pois o fato gerador, próprio de imposto, deve ser custeado pelas receitas decorrentes de sua exigência.

48- Há uma norma constitucional que veda a cobrança de tributos em relação aos fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado. Essa norma configura o princípio constitucional tributário da:

- a) legalidade
- b) uniformidade
- c) anterioridade
- d) irretroatividade
- e) capacidade contributiva

49- Considera-se causa de exclusão do crédito tributário a

- a) anistia.
- b) compensação.
- c) transação.
- d) prescrição.
- e) conversão do depósito em renda.

50- No que se refere a fato gerador e obrigação tributária, assinale a opção correta.

- a) O fato gerador da obrigação acessória deve estar previsto em lei específica.
- b) Fato gerador é a situação prevista em lei e cuja ocorrência faça surgir o crédito tributário.
- c) A transmissão de bem imóvel, por ato oneroso, configura fato gerador do ITBI, iniciando-se nesse momento a contagem do prazo prescricional da obrigação.
- d) A obrigação tributária origina-se com o lançamento.
- e) A obtenção de renda decorrente de negócio, ainda que ilícito, constitui fato gerador do imposto sobre a renda.

PROVA DISCURSIVA

Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno.

Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido.

O tema proposto deverá ser abordado em no mínimo 20 (vinte) linhas, não podendo exceder a 30 (trinta).

Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.

Na folha de texto definitivo, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Serão objeto de avaliação os conhecimentos jurídicos, a capacidade de expressão, coesão e coerência textual e conhecimento da língua portuguesa.

A prova discursiva terá pontuação de 0 (zero) a 100 (cem).

Questão:

Eleger três princípios da teoria da prova e dissertar sobre eles.